

Mãe de jovem morto por PMs quer R\$ 96 mi de indenização

A mãe do estudante Ivo Mucillo Júnior, morto no dia 1º de fevereiro em frente à casa noturna Usina Royal, em Goiânia (GO), está movendo uma ação de indenização por danos morais e materiais contra os três policiais militares responsáveis do caso, o estado e a casa noturna. Rosana Aparecida Mucillo reivindica nos tribunais o pagamento de R\$ 96 milhões.

De acordo com informações do site *Espaço Vital* e do jornal *Correio Popular*, o advogado de Rosana, Alexandre Kirche Urbano, disse que o valor foi calculado com base na idoneidade da vítima, no trauma causado à mãe do rapaz e no fato de ele ajudar no orçamento familiar. "Ele era um rapaz honesto que tinha todo o futuro pela frente. O valor foi calculado com base no rendimento que ele traria à família até completar 65 anos", explicou.

Em depoimento à Justiça, testemunhas afirmaram que Ivo foi morto pelos policiais Manoel Henrique Azevedo, Admilson Lins e Robilon Alves. Eles teriam espancado a vítima até a morte. O trio estaria trabalhando como segurança na área externa da boate, o que é proibido pelo estatuto da polícia.

Ainda de acordo com o depoimento de testemunhas, os três passaram a agredir o adolescente depois de ele ter tentado impedir a agressão a um colega, que iria pular um portão para não pagar ingresso. Ivo sofreu traumatismo craniano e apresentou ferimentos em várias partes do corpo. Lins e Azevedo foram presos no dia 4 de fevereiro e Alves, no dia 13 do mesmo mês.

A Justiça deve decidir, no início do próximo mês, se o caso criminal vai ir à Justiça popular. Na quarta-feira (16/6) foi feita a última audiência do processo. Doze testemunhas foram ouvidas e a audiência durou cerca de nove horas. Os próximos passos são as alegações finais da promotoria e da defesa.

"Estamos confiantes, já que vamos ao Tribunal da Justiça popular em casos que envolva dolo. Eles assumiram o risco de matar a vítima, então devem ser submetidos à Justiça", comemorou o advogado da mãe da vítima.

O advogado José Tavares Pais Filho, que faz a defesa de Luis e Azevedo, disse que espera também que o processo seja encaminhado à Justiça popular: "99% dos casos dessa natureza vão à Justiça. Agora basta a defesa demonstrar que os fatos não ocorreram da forma que a acusação mostrou", afirmou.

O Ministério Público denunciou os três soldados por homicídio triplamente qualificado. Para o MP, os três usaram de meio cruel, por motivo fútil e não deram chance de defesa para a vítima. Em audiências anteriores, os três acusados negaram a autoria do crime, mas confirmaram que, no dia da morte do rapaz, estavam em frente à casa noturna a passeio e se envolveram em uma briga com um grupo de adolescentes.

Os três soldados respondem também a um processo administrativo aberto pelo comando da Polícia Militar que deverá decidir se eles serão ou não expulsos da corporação. O soldado Robilon Alves já foi demitido da PM devido a um outro processo administrativo. Eles continuam presos no



Presídio Militar Romão Gomes e até que termine o processo recebem um salário proporcional por estarem à disposição da Justiça.

Autores: Redação ConJur